



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 46, DE 2020

(Da Sra. Professora Dorinha Seabra Rezende e outros)

Dá ao Plenário 11 do Anexo II da Câmara dos Deputados a denominação Ceci Cunha.

DESPACHO:

À MESA DIRETORA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

APRECIAÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

PUBLICAÇÃO INICIAL

Art. 137, caput - RICD

A Câmara dos Deputados resolve:

Art. 1º O Plenário 11 do Anexo II da Câmara dos Deputados passa a denominar-se “Plenário Ceci Cunha”.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Nascida no município alagoano de Feira Grande, Josefa Santos Cunha, apelidada pela mãe de Ceci Cunha, era de uma família modesta. Seu pai, agricultor, foi vereador por três legislaturas.

Em 1960 Ceci e sua família foram morar em Maceió, pois seu pai ali se instalara para exercer atividades mercantis. Em 1966 retornara a Arapiraca, onde estudou no Colégio São Francisco de Assis. Tornou-se professora, período esse sempre lembrado com grande carinho por Ceci Cunha.

Com perseverança, conseguiu ingressar no curso de Medicina da Universidade Federal de Alagoas, graças ao apoio de uma família de Maceió, que a acolheu durante a preparação para o vestibular. Formada, mudou-se para o Rio de Janeiro, fazendo residência médica em obstetrícia no Hospital Souza Aguiar.

De volta ao estado natal, iniciou sua carreira médica na Casa de Saúde Neves Pinto, em Maceió, retornando, pouco tempo depois para Arapiraca onde, durante mais de 20 anos, exerceu a medicina com grande dedicação, tendo realizado milhares de partos. O seu trabalho lhe garantiu grande respeito junto à população, conhecendo os desafios do município. Desse modo, incentivada pelo povo de Arapiraca (AL), decidiu candidatar-se a vereadora, sendo a mais votada nas eleições de 1988 e 1992.

Eleita deputada federal em 1992, continuava exercendo a medicina e cuidando dos dois filhos. No Parlamento, atuou em diversas frentes em prol da saúde, tendo ainda se dedicado a outras pautas, como o transporte, vindo a ser membro titular da Comissão Especial de Embarcação Nacional, Navegação de Cabotagem e de Interior.

Por sua capacidade de diálogo e grande habilidade de atuação nas instâncias de poder em Brasília, Ceci Cunha foi cognominada de “formiguinha.” De fato, sua inteligência arguta, aliada a uma postura moderada, lhe permitiram alocar recursos em benefício do agreste e de

todas as outras regiões de Alagoas, garantindo obras estruturantes nas zonas urbana e rural de inúmeros municípios. Ceci se tornou, de fato, uma personagem catalisadora das demandas compartilhadas por grande parte do povo agrestino.

Além disso, a deputada teve participação ativa nas diversas instâncias da Câmara Federal. Foi membro das Comissões Permanentes de Agricultura e Política Rural; Desenvolvimento Urbano e Interior; e Seguridade Social e Família. Enquanto integrante de Comissões Especiais, tratou da viabilização de projetos de irrigação e recursos hídricos e da proteção social de deficientes físicos, pautas que permanecem sendo de grande relevância nacional. No cumprimento de missões internacionais, destacou-se por sua participação na Conferência Internacional da Mulher, em Pequim, na China.

Ceci Cunha, conhecida por sua grande capacidade dialógica, teve a sua vida ceifada por motivação política. Foi assassinada a tiros, na varanda da casa de sua irmã, juntamente com seu marido e familiares. A chacina, a mando de seu primeiro suplente, ocorreu em 16 de dezembro de 1998, na mesma noite em que Ceci Cunha havia sido diplomada deputada federal reeleita. Ceci Cunha representa a luta das mulheres na conquista dos espaços institucionalizados de poder. A violência a qual foi vítima reflete, em certo grau, as inúmeras estratégias adotadas no curso da história visando negar ou minimizar a participação feminina na vida política do país.

Designar o Plenário 11 com o nome de Ceci Cunha, além de ser uma justa homenagem a quem contribuiu com o redesenho da história política no Brasil, agregando e notabilizando a relevância da mulher nas esferas nacionais de decisão, nos impulsiona a continuar lutando contra os obstáculos estruturais que ainda impedem as brasileiras de ocuparem cargos de poder, de serem eleitas e de terem voz ativa na toma de decisões políticas, o que me leva a aspirar pela aprovação desse projeto de resolução.

Sala das Sessões, em 06 de julho de 2020.

**DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE
COORDENADORA DA BANCADA FEMININA**

FIM DO DOCUMENTO